

**RELIGIÃO, INSTITUIÇÕES E CONFLITOS:  
REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE PRESBITERIANISMO E CATOLICISMO  
NA ZONA DA MATA MINEIRA**

*Reinaldo Azevedo Schiavo*

O objetivo nesse artigo é contextualizar os conflitos entre presbiterianos e católicos em dois municípios da Zona da Mata mineira, Alto Jequitibá e Manhumirim, objetos de estudo da pesquisa, ainda em fase inicial, que compõe nossas atividades no doutorado em sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Esses dois municípios estão localizados no lado oeste da Serra do Caparaó, distante 7 km um do outro. Ambos receberam, na segunda metade do século XIX, uma considerável migração alemã e suíça, uns de origem protestante e outros de tradição católica (cf. Botelho, 1987). A polarização religiosa, presente desde o início do povoamento, se acentuou nas primeiras décadas vintecentistas. Alto Jequitibá abrigou a primeira Igreja Presbiteriana de Minas Gerais e tornou-se o centro de referência de todo um projeto missionário que expandiu o presbiterianismo em grande parte da Zona da Mata e Leste mineiro, além de muitas localidades no estado do Espírito Santo (cf. Gripp *et al*, 1991; Satlher, 2003). Manhumirim, por sua vez, tornou-se a sede da Congregação dos Missionários Sacramentinos, uma instituição católica que nasceu tendo como um de seus objetivos combater o crescimento protestante naquela região (cf. Quintão, 2006).

Sacramentinos e presbiterianos protagonizaram embates que extrapolaram os espaços dos púlpitos das igrejas e ganharam dimensões maiores do que a disputa por fiéis e/ou lógicas explicativas da vida religiosa. Muitos debates, previamente agendados, foram travados em praças públicas entre os líderes religiosos e, frequentemente, reproduzidos entre os membros dessas duas igrejas.

Nosso cenário de estudo está localizado numa região de intensa mata atlântica e relevo acidentado, cujo povoamento contou com um significativo processo migratório que fez dos estrangeiros maioria entre os primeiros habitantes. Podemos inferir que a resistência cultural dos imigrantes protestantes foi determinante para o desenvolvimento do protestantismo naquela região. Todavia, ao invés de um protestantismo tedesco, o que se consolidou foi uma Igreja Presbiteriana de origem norte-americana.

A atividade missionária daquela Igreja Presbiteriana favoreceu a expansão do presbiterianismo em diversas cidades do entorno, mas, por outro lado, potencializou a

(re)organização da Igreja Católica numa lógica combativa, o que resultou em situações de confrontos e disputas acirradas entre os grupos religiosos. Os embates eram orientados por dois importantes líderes, Padre Júlio Maria e Reverendo Cícero Siqueira, e as consequências e reflexos dessa contenda são passíveis de serem analisados não só em sua dimensão religiosa, mas também nos campos político e educacional.

Segundo Aline Coutrot (2003, p. 334), “como corpos sociais, as Igrejas Cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem”, elas imprimem “julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles”. Em outras palavras, a influência das instituições religiosas sobre seus fiéis extrapolam os limites do campo religioso, imprimindo suas marcas em outras dimensões da vida em sociedade. Assim, ao contextualizar as disputas e conflitos entre católicos e presbiterianos, nosso objetivo nesse texto é, também, apontar algumas hipóteses sobre os reflexos dessa contenda nas dimensões política e educacional em Manhumirim e Alto Jequitibá.

## **CATÓLICOS E PRESBITERIANOS: A DISPUTA PELO CAMPO RELIGIOSO**

386

No mundo moderno e globalizado, a religião continua exercendo grande influência pública (cf. Beyer, 1999), estabelecendo laços sociais entre indivíduos, determinando normas de conduta e preceitos morais, legitimando e/ou deslegitimando ações coletivas e definindo pautas de debates políticos na *ágora*. Em suma, as organizações sociais e políticas das sociedades não estão isentas das influências do campo religioso, pois a religião está diretamente relacionada à ordenação do mundo, contribuindo para a imposição dissimulada dos princípios de estruturação da percepção e forma de pensamento do mundo “e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio da divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos” (Bourdieu, 2005, p. 33-34):

se a religião cumpre funções sociais, tornando-se, portanto, passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir apenas capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, como todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes (Bourdieu, 2005, p. 48).

Como afirmou Clifford Geertz (2008, p. 67), “a religião ajusta as ações humanas a uma ordem cósmica imaginada e projeta imagens da ordem cósmica no plano da experiência humana”. Partindo desse pressuposto, propomos uma pesquisa que pretende analisar as formas, características e especificidades dos ‘sistemas de práticas e representações’ – oriundos da disputa entre católicos e presbiterianos – e sua ingerência sobre a organização social e política em Manhumirim e Alto Jequitibá.

Esse dois municípios compõem a microrregião de Manhuaçu, na Zona da Mata Mineira. Os primeiros povoados e vilas, nessa região, surgiram no final do século XVIII e início do XIX como decorrência, inicialmente, da diáspora que sucedeu a decadência na extração de ouro na Vila Rica (cf. Ribeiro, 1995, p. 156-160). A imigração suíça e alemã iniciou-se na segunda metade novecentista, dando origem a vila de Alto Jequitibá e potencializando a formação da vila de Pirapetinga, primórdios de Manhumirim.

Nosso recorte espacial tem essas duas referidas localidades como referências centrais, mas estende-se à região da Serra do Caparaó na medida em que as pequenas localidades urbanas devem ser pensadas a partir de sua inserção numa rede regional de outras cidades e vilas, como afirma Fernand Braudel:

para além de características diversas, originais, todas [as cidades] falam a mesma linguagem ‘fundamental’: o diálogo ininterrupto com o campo, necessidade primordial da vida cotidiana; a presença das pessoas, tão dispensável como a água para a roda do moinho; o orgulho cidadão, o desejo de as cidades se distinguirem umas das outras; a sua situação obrigatória no centro de redes de ligações mais ou menos longínquas; a sua articulação com os seus arrabaldes e com outras cidades. Nunca uma cidade se apresenta sem o acompanhamento de outras cidades (Braudel, 2005, p. 441).

Isso significa que Alto Jequitibá e Manhumirim fazem parte de uma rede de relações comerciais, questões jurídicas, tratamentos de saúde, burocracias estatais, segurança pública, etc., impressas numa lógica de complementaridade, dependências, disputas e cooperações entre as cidades e vilas de seu entorno. É importante ressaltar que Manhumirim e Alto Jequitibá se tornaram importantes referências regionais nos quesitos religião e educação.

O primeiro distrito da região elevado à categoria de município foi Manhuaçu (1881), e a ele estiveram ligados jurídica e politicamente todos os demais. Manhumirim emancipou-se em 1924, mesma data em que a vila de Alto Jequitibá foi elevada a distrito desse nascente município, mas com um novo nome, Presidente Soares, em homenagem ao então governador de Minas Gerais. Em 1953, esse distrito tornou-se um município independente, mas somente em 1991 conseguiu recuperar, oficialmente, o topônimo anterior.<sup>1</sup>

Existe uma produção literária sobre a história religiosa de Manhumirim e Alto Jequitibá que pode ser dividida em duas versões que ora se complementam, ora se contrapõem. De um lado uma ‘versão católica’, sistematizada pelo pe. Demerval Botelho (1987, 1994, 1996), que relata a propagação do presbiterianismo no primeiro quartel do século XX, reconhece sua importante contribuição na área da educação, mas tende a privilegiar os feitos católicos, principalmente os realizados pela Congregação dos Missionários Sacramentinos, responsável direta pela catequização dos fiéis naquela região e principal alicerce católico ante o crescimento presbiteriano fomentado pela igreja de Alto Jequitibá. Por outro lado, temos uma ‘versão presbiteriana’ – escrita por pastores, professores e ex-alunos do Colégio Evangélico (Gripp *et al*, 1991; Quintão, 2006; Satlher, 2003) – que vangloria a perseverança evangélica e suas ações tidas como bem sucedidas, como a criação do Colégio Evangélico e a expansão da Igreja Presbiteriana por diversos municípios mineiros e espírito-santenses.

Em 1963, a revista *Manchete* publicou uma matéria intitulada “A Cidade Sem Pecado”<sup>iii</sup>, pautando-se no mito de que Alto Jequitibá estava entre as cidades com um dos menores índices de analfabetismo, pobreza e criminalidade do Brasil. A matéria destaca um intenso trabalho de evangelização e a importância regional do Colégio Evangélico, tudo atribuído ao *ethos* protestante do povo jequitibaense.

A bem sucedida empreitada protestante é também destacada na versão católica dessa história:

Muitos forasteiros eram protestantes. Estes foram erguendo seus templos e escolas onde se instalavam. Os padres eram escassos e não conseguiam atingir todas as famílias. Os pastores evangélicos eram mais numerosos, mais insistentes e marcavam mais presença na região junto às famílias. Conseguiram, por isso, mais sucesso nos seus trabalhos (Botelho, 1989, p. 178).

A ‘reação católica’ frente à organização e crescimento dos presbiterianos teve início, em 1928, com a chegada do padre belga Júlio Maria de Lombaerde que, entre outros feitos, fundou a Congregação dos Missionários Sacramentinos (em 1929), primeiro instituto católico criado no Brasil (Botelho, 1989, p. 35).

Segundo Bourdieu (2005), existe uma busca da Igreja pelo monopólio dos meios de produção, reprodução e distribuição dos bens de salvação através do sacerdote, isto é, aquele que revestido “de uma autoridade (ou de uma graça)” tende sempre “a impedir de maneira mais ou menos rigorosa a entrada no mercado de novas empresas de salvação (como, por exemplo, as seitas e todas as formas de comunidades religiosas independentes), bem como a

busca individual de salvação” (2005, p. 58). No caso do padre Júlio Maria, mais do que impedir “a entrada de novas empresas de salvação”, sua missão foi combater uma empresa já consolidada naquela região, a Igreja Presbiteriana.

Antes mesmo de fundar sua congregação religiosa, Lombaerde assumiu a direção da paróquia Senhor Bom Jesus e não tardou em iniciar sua investida contra os presbiterianos:

Tendo tomado posse da paróquia esperei a hora oportuna para agir, provocando-a durante a pregação do mês de Maria. O resultado não se fez esperar. Os protestantes desesperados pela enorme concorrência do mês Mariano e o entusiasmo dos Cathólicos, espalharam um bolletim contendo diversas objecções contra a religião, e mandaram vir uns pastores de fora, para pregar nas ruas. Tomei a defensiva e ataquei-os resolutamente em conferências públicas e pelo jornal ‘Manhumirim’. O resultado foi extraordinário. A igreja encheu-se o jornal duplicou a tiragem, e apesar da resistência tenaz dos Pastores, a verdade foi vencendo todos os obstáculos<sup>iii</sup>.

Se o padre Júlio Maria liderava a ‘frente católica’, entre os presbiterianos destacou-se a atuação do reverendo Cícero Siqueira, que assumiu a direção daquela Igreja em 1929 para coordenar seu projeto missionário e capitanear seus fiéis nas “batalhas retóricas campais” contra os católicos, conforme a interpretação de um relator:

Foi este homem [pe. Júlio Maria] que o rev. Cícero Siqueira, chegado em 1929 a Jequitibá, teve de enfrentar durante 15 anos em batalhas retóricas campais, que se desdobravam nos púlpitos das igrejas protestantes e católicas espalhadas por toda aquela sub região de Minas Gerais, e nesse mesmo território no campo da evangelização dos gentios (Quintão, 2006, p. 71).

As estratégias de ambos os lados se assemelhava: debates fervorosos em praças públicas, ataques e contra-ataques em jornais e folhetins, disputas por cargos públicos e consistentes investidas na área educacional:

A fidelidade de Julio Maria à doutrina que representava e seu espírito combativo logo coloriu-se da agressividade regional. A partir daí foi impossível para os fiéis desvincular a política da religião. Julio Maria desencadeou então uma ação evangelizadora polêmica, e nem sempre respeitosa, por meio de pregações nas igrejas, artigos em jornais, folhetos apócrifos e até debates em praças públicas com maçons e pastores protestantes, sob aplausos de enormes plateias divididas (Quintão, 2006: 69).

Em 1928 o padre Júlio Maria fundou um jornal com o sugestivo título de *O Lutador*. Embora tenha afirmado no editorial da primeira edição que se tratava de um jornal católico sem conotações políticas<sup>iv</sup>, esse veículo de comunicação foi em muitos momentos utilizado como instrumento de combate aos protestantes e aos políticos da cidade de orientação “não

católica”<sup>v</sup>. Nesse mesmo ano os presbiterianos criaram o jornal “O Jequitibá – Semanário Independente”; a referida disputa entre os grupos religiosos também foi travada no campo das letras impressas.

A educação escolar também esteve entre as querelas de católicos e presbiterianos, que investiram na formação de instituições de ensino confessionais. O Colégio Evangélico de Alto Jequitibá foi a primeira escola da região a oferecer o curso ginasial (1922) e colegial (1932), acolhendo em seus internatos masculino e feminino estudantes de várias regiões do país.

Ao analisar a inserção do protestantismo histórico no Brasil, Antônio Mendonça (2004) destaca uma dupla proposta presente nas empresas missionárias: uma “tarefa civilizatória da religião” e o “labor evangelístico de converter pessoas à fé protestante”. A proposta da conversão caberia à evangelização dos missionários, à criação de seus templos e à conversão dos fiéis. A proposta civilizatória, isto é, o lapidar de uma civilização embasada em valores e princípios protestantes, caberia à educação escolar e, conseqüentemente, à criação de escolas confessionais:

A função civilizatória, utópica e mesmo ideológica relacionalmente considerada, de transformar sociedades segundo os valores protestantes da ética econômica e do trabalho, assim como do sistema político segundo o modelo democrático e republicano, caberia à educação secundária e superior. Daí as missões serem sempre acompanhadas de educadores a fim de fundar escolas. (Mendonça, 2004, p. 62)

Por outro lado, sabemos que a Igreja católica, no que tange à escolarização, tem uma ampla e milenar tradição. No Brasil, uma educação confessional católica se estruturou e expandiu antes mesmo que nossa educação laica fosse assumida como política pública do Estado. Em Manhumirim, os Sacramentinos fundaram os Colégios Santa Terezinha, com internato feminino, e Pio XII, com internato masculino, estabelecendo, também na educação, uma forte disputa com os presbiterianos:

Os seguidores das diferentes doutrinas manifestavam sua adesão a uma ou outra religião matriculando seus filhos nos respectivos colégios: católico ou protestante. Embora o Colégio de Jequitibá aparentasse ter mais prestígio na região<sup>vi</sup>, o regime dos opostos fortalecia a popularidade e o carisma de ambos (Quintão, 2006, p. 70).

O controle dos meios educacionais é um elemento importante no processo sociocultural de criação, consolidação e expansão de um *ethos* religioso pautado numa doutrina católica, de um lado, e presbiteriana, de outro. A educação escolar estava, por assim dizer, incrustada no interior desse conflituoso processo de disputa.

Outro ponto relevante a se destacar nessa contextualização foi a criação, na década de 1940, do Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho (MAPE) com o objetivo de formar lideranças leigas capazes de refutar os argumentos de grupos protestantes e impedir a conversão de fiéis católicos ao presbiterianismo (cf. Oliveira, 2012, p. 70-80). Os debates públicos protagonizados por padres e pastores eram reproduzidos pelos leigos, sendo a bíblia a principal fonte de legitimidade dos argumentos encampados por ambos os lados<sup>vii</sup>.

É deplorável que as coisas tenham tomado esses rumos, e que a Bíblia se tenha tornado o código do tira-teima. O livro da Vida, que deveria gerar união, serviu-se para desunir cada vez mais. Os campos dividiram-se e as posições endureceram, e criou-se, então, um clima de alta tensão (Botelho, 1989, p. 180).

Os protestantes manuseavam a bíblia com maior desenvoltura, afinal recebiam formação para isso nas ‘escolas bíblicas’ da Igreja Presbiteriana. Assim, o Movimento criado pelos Sacramentinos – MAPE – objetivava qualificar melhor os católicos para a ‘batalha retórica’ com os adversários. Em 1993, o Padre Geraldo Silva – idealizador e fundador do MAPE – escreveu ao historiador da congregação explicando como se deu os primórdios do movimento:

Em 1946, no meu primeiro ano de padre, fui designado para atender Presidente Soares. Ia aos sábados e ficava lá o domingo. Como os moradores daquela localidade eram em sua maioria protestantes e a época era de luta religiosa, senti a necessidade de fazer uma pastoral a partir da Bíblia a fim de esclarecer as muitas dúvidas que estavam na mente dos católicos e mostrar que nossa fé e nossa Igreja, vinham da Palavra de Deus (Botelho, 1996, p. 210).

Essa prática de formar grupos leigos para estudar a bíblia não é algo comum no catolicismo da primeira metade do século XX. Será a partir da década de 1960, em decorrência das reformas propostas no Concílio Vaticano II (1962-1965), que a Igreja Católica – especificamente em algumas dioceses no Brasil e outras localidades latino-americanas – adotou as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) como um de seus modelos organizacionais, formando pequenos grupos leigos que tinham o estudo bíblico com um dos quesitos básicos de sua organização (cf. Teixeira, 1998). O MAPE é distinto e anterior às CEBs, passivo de ser entendido como uma espécie de movimento de vanguarda, criado num contexto em que as missas ainda eram celebradas em latim e, mais do que isso, cabia ao corpo eclesiástico da Igreja interpretar as escrituras e divulgá-las conforme a doutrina católica. Por mais doutrinária que fosse a formação no MAPE, ‘colocar’ a bíblia nas mãos dos leigos, incentivando-os à leitura e interpretação, era, sem dúvida, algo inovador.

Não obstante, se as disputas entre católicos e presbiterianos podem ser percebidas nas dimensões educacional e religiosa, elas também apresentam seus reflexos na dimensão política. A legitimidade alcançada no campo religioso era convertida em capital político na medida em que rev. Cícero e pe. Júlio Maria expandiam seus poderes de influência. Segundo Quintão, “sem o apoio de um desses dois líderes religiosos, era praticamente impossível ser eleito”, embora ressalte que “os chamados candidatos evangélicos dificilmente venciam a eleição” (Quintão, 2006, p. 119). A postura do padre no campo político parece ter sido mais incisiva do que a do pastor; Júlio Maria combatia os adversários e promovia os aliados:

Com satisfação comunico aos Catholicos do Município que a questão religiosa, que há annos conservara em campo opposto os dirigentes d'este Município e o Vigário, está definitiva e amigavelmente resolvida, de modo que as duas autoridades: a civil e a religiosa estão unidas em suas idéias e em sua ACCÇÃO.

Os Catholicos podem, pois, nas eleições, dar o seu voto ao Exmo. Sr. Prefeito, Dr. Alfredo Lima, que saberá corresponder à confiança geral, e defender os interesses da RELIGIÃO com os do Município (Botelho, 1989, p. 106).

Se analisarmos essa questão por um viés contextual e histórico, podemos relacionar a ingerência política dos Sacramentinos ao período conhecido como *neocrisandade*, quando havia uma clara orientação de aproximação e interferência da Igreja Católica nas políticas de Estado, com o intuito de criar condições e espaço para “cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas populares aos procedimentos ortodoxos” (Mainwaring, 1989, p. 41). Por outro lado, os presbiterianos compõe o conjunto de Igrejas do chamado protestantismo histórico que, segundo Mendonça, não desenvolveu uma tradição política, seja por questões de ordem teológica, sociológicas, ideológicas ou históricas. “O espírito do protestantismo no Brasil sempre foi o de não de meter em política” (Mendonça, 2004, p. 68).

É claro que essas considerações são demasiadamente superficiais e imprecisas. Servem menos para explicar as contendas em Manhumirim e Alto Jequitibá do que para situar esse fenômeno num contexto mais amplo, normalmente definido na historiografia religiosa. Por estarmos em fase inicial de pesquisa, o que temos para apresentar, além de uma sucinta contextualização do nosso objeto de estudo, são algumas hipóteses que, por hora, tem norteado nosso trabalho.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relação entre religião e política é um tema frequentemente abordado nas ciências sociais, mas poucas são as pesquisas acadêmicas que se debruçaram sobre a questão da disputa entre católicos e presbiterianos dentro de um mesmo campo religioso e as consequências – ou reflexos – dessa disputa nos campos político e educacional de uma sociedade.

O amplo debate sociológico sobre religião envolve análises peculiares de cultos, rituais e cerimônias; interpretações canônicas, dogmáticas e teológicas; reflexões sobre confissão, profissão e prescrição de fé; abordagens eclesiais e eclesiásticas; imanência e transcendência; análise de discursos, códigos culturais, identidades e relações de poder. Enfim, esse conjunto de elementos e idiosincrasias faz do campo religioso um fascinante objeto de estudo que não se restringe em si mesmo, ao contrário, acaba por influenciar significativamente outras dimensões da vida social.

Ao apresentarmos, de forma sucinta, o embate entre católicos e presbiterianos em Manhumirim e Alto Jequitibá, mais do que conclusões ou afirmações, o que temos – nesse momento da pesquisa – são proposta e hipóteses. Nossa proposta é realizar uma pesquisa que tem o campo religioso como ponto de partida para se analisar a organização social, atentando para as questões políticas e educacionais, com o objetivo de analisar tanto os atores sociais (leigos, fiéis, padres, pastores, políticos e professores) quanto as instituições (igrejas, congregações, escolas, poderes públicos, órgãos de imprensa).

Nossa hipótese é que o acirrado conflito entre ambas as igrejas, além de suas consequências no campo político, serviu para reforçar e propagar identidades culturais assimiladas e/ou atribuídas a católicos e presbiterianos naquela região da Serra do Caparaó. Ou seja, é possível analisar essa referida relação entre presbiterianos e católicos como um processo de produção de identidade.

Vale lembrar que Manhumirim e Alto Jequitibá tiveram, em suas origens, uma considerável migração de suíços e alemães que trouxeram consigo todo um aparato cultural e identitário de suas regiões de origem. É certo que esses imigrantes são de famílias distintas, provenientes de regiões diferentes da Alemanha e Suíça, com significativas diferenças culturais entre eles<sup>viii</sup>. Uma vez instalados numa região diferente, esses forasteiros se deparam com o desafio de construir uma comunidade, estabelecer laços de convivência e reinventar o espaço social, respeitando os limites legais do Estado brasileiro e os costumes de um povo tupiniquim que habitavam aquela região oeste da Serra do Caparaó.

A religião seria um dos principais elementos que forneciam aos imigrantes protestantes e seus descendentes uma identidade exclusiva que os diferenciavam tanto dos imigrantes católicos quanto dos brasileiros já instalados naquela inóspita região. Perpetuar o protestantismo seria, então, uma forma de garantir a existência de uma comunidade com fronteiras culturais mais ou menos estabelecidas.

Por outro lado, como afirmou Cunha (2009, p. 239): “a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas sim algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados; e é preciso perceber a dinâmica, a produção cultural”. Em outras palavras, a cultura, que processa a identidade, nunca é estática e imutável, ao contrário é sempre dinâmica e suscetível às influências de novos tempos e espaços. Uma vez extraída de seu contexto original, a cultura daqueles imigrantes irá adquirir, inevitavelmente, outras significações, promovendo uma espécie de reinvenção da identidade.

Um fato curioso é que a Igreja Católica foi a primeira a se instalar naquela comunidade, promovendo batismo e conversões de muitos protestantes imigrantes. A “versão católica” (Botelho, 1987) desse episódio o narra como um período bem sucedido do catolicismo, mas a “versão protestante” (Quintão, 2006) defende a tese de que estas supostas conversões seria uma forma estratégica encontrada pelos novos habitantes para legalizarem suas situações no Brasil, uma vez que, na ausência do Estado, era a Igreja Católica que controlava os registros e cuidava das questões burocráticas. O batismo estabelecia uma condição pública, mas no âmbito privado esses ‘novos católicos’ teriam perseverado na tradição protestante da qual faziam parte. Com a Proclamação da República, em 1889, e a promulgação da Constituição Federal de 1891, a liberdade religiosa foi oficializada no Brasil, criando um novo cenário que favoreceu as investidas para a fundação da Igreja Presbiteriana em Alto Jequitibá:

Em decorrência do princípio da Liberdade Religiosa, previsto na Constituição, o Estado deve garantir ao cidadão a liberdade de escolha de sua religião, com base em sua consciência individual, com íntima relação com o seu Deus, nada podendo interferir nesta relação metafísica. O Estado também tem como dever proporcionar a liberdade de culto para todos, independente da filiação religiosa, sob pena de estar incorrendo em favorecimento de uma instituição religiosa em detrimento de outra (Zveiter, 2009: 20 *apud* Vital e Lopes, 2013, p. 29).

Será na relação de oposição com os católicos que a identidade daqueles protestantes assumirá novos contornos. Da mesma forma, podemos analisar uma identidade católica, lapidada e policiada pelos protestantes. As disputas capitaneadas pelas Igrejas Católica e

Presbiteriana não se resumiam a interesses institucionais, havia também uma relação de produção de identidades e diferenças, demarcando fronteiras culturais e simbólicas que se reforçavam na oposição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEYER, Peter F. “A privatização e a influência pública da religião na sociedade global”. In.: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOTELHO, Demerval Alves. *História de Manhumirim: município e paróquia*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1987. (3 volumes)
- \_\_\_\_\_. *História dos Missionários Sacramentinos (1878 - 1944)*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1994.
- \_\_\_\_\_. *História dos Missionários Sacramentinos (1945-1994)*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Organização de Sérgio Miceli. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. Vol. 1. Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de (org.). *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973
- COUTROT, Aline. “Religião e Política”. In.: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- CUNHA, Manoela Carneiro da. *Cultura com Aspas e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- FILHO, Carlos R. Caldas. *Fé e Café: um estudo do crescimento do presbiterianismo no leste de Minas Gerais de 1919 a 1989*. Manhumirim: Didaquê, 1999.
- GRACINO JÚNIOR, Paulo. “Para além da metáfora do Mercado: uma análise não utilitarista da competição religiosa a partir de duas regiões de Minas Gerais”. *Ciencias Sociales y Religión* (Online), v. 13, p. 13-41, 2011.
- GRIPP, Roberto *et al.* *História da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá*. Belo Horizonte: Ed. Betânia, 1991.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. “Protestantismo Brasileiro: uma breve interpretação histórica”. In SOUZA, Beatriz Muniz de & MARTINO, Luís Mauro Sá (orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004.
- NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.
- OLIVEIRA, Fabrício Roberto. *Religião, Política e Comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova*. 2012. 376 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro.
- QUINTÃO, Aylê-Salassié. *A Cidade Sem Pecado: discurso fundador*. Brasília: Otimismo, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SATLHER, Anderson. *Uma Igreja Centenária: a propagação do presbiterianismo no Estado do Espírito Santo a partir do Leste de Minas*. Manhuaçu: Editora da Igreja Presbiteriana, 2003.

SOARES, Fabrício Emerick. “Padre Júlio Maria De Lombarde: diálogo entre ação missionária e política”. *Revista Atualização*. Manhumirim: Editora O Lutador, 2011. p. 7-52.

TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. *A Gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

VITAL, Christina e LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos humanos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

---

i O processo de emancipação política de Manhumirim teria acontecido de forma turbulenta, e o desfecho contou com a intervenção de Raul de Soares de Moura, governador do Estado (1922-24) que, na época, recebia o título de presidente. O novo topônimo figurou nos registros oficiais, mas o distrito continuou sendo chamado de Alto Jequitibá (nas matérias de jornais e nos livros consultados, raramente encontramos referência a Presidente Soares). A emancipação política de Alto Jequitibá aconteceu em 12/12/1953, e em 21/10/1991 um referendo popular devolveu, oficialmente, o antigo nome à cidade. Fato curioso é que o aniversário da cidade não é comemorado na data referente à emancipação política – como normalmente acontece – e sim na data que representa o retorno oficial do topônimo Alto Jequitibá (ver Botelho, 1989).

ii Revista Manchete, edição nº 599, 12 de outubro de 1963 (*apud* Quintão, 2006).

iii Livro do Tombo da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Manhumirim, f. 10 (*apud* Soares, 2001, p. 27)

iv “Temos o nosso MANHUMIRIM, bem redigido e de orientação catholica, porém, o MANHUMIRIM é, antes de tudo, órgão da Câmara Municipal, e, como tal, deve ter orientação política. O novo jornal não será político, não receberá em suas colunas artigos de lutas políticas” Jornal O Lutador, ano 1, nº 1, 25 de novembro de 1928 (*Apud* Botelho, 1989, p. 67).

v Além dos protestantes, Julio Maria travou grande embate com os maçons da cidade, principalmente os que se destacavam no campo político (cf. Botelho, 1989 e 1990).

vi Esse referido prestígio do Colégio Evangélico é destacado tanto na literatura protestante quanto na católica. (ver Botelho, 1989; Quintão, 2006; Gripp *et al*, 1991).

vii

viii Antes de seguirem para Alto Jequitibá, esses imigrantes se instalaram, primeiramente, em Nova Friburgo-RJ, trilhando o mesmo percurso dos fundadores dessa cidade fluminense. Ver Nicoulin, 1995.